

## **O que a imprensa apresenta logo após um desastre? Análise da cobertura do caso de São Sebastião (SP) em fevereiro de 2023<sup>1</sup>**

Leticia Menezes PASUCH<sup>2</sup>

Eloisa Beling LOOSE<sup>3</sup>

Luciana de Resende LONDE<sup>4</sup>

Centro Nacional de Monitoramento de Alertas e Desastres Naturais – CEMADEN  
Universidade Federal do Rio Grande do SUL - UFRGS

O desastre de São Sebastião (SP), ocorrido em fevereiro de 2023, causou sérios impactos humanos e materiais. O objetivo deste trabalho foi analisar o primeiro mês de cobertura deste evento. Por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), foram analisadas 195 notícias e reportagens veiculadas em portais de notícias brasileiros sobre o desastre, observando-se os principais enfoques logo após sua eclosão. A conclusão preliminar é de que a cobertura se aprofunda majoritariamente nas consequências do desastre e no relato de vítimas, com uma discussão incipiente sobre as causas e a relação com a vulnerabilidade socioambiental.

**PALAVRAS-CHAVE:** jornalismo ambiental; cobertura de desastres; São Sebastião; vulnerabilidade socioambiental.

### **INTRODUÇÃO**

Em fevereiro de 2023, em um final de semana de Carnaval, ocorreram inundações e deslizamentos de terra em diversos municípios do Litoral Norte de São Paulo. Naquele momento, 65 pessoas morreram, sendo 64 vítimas no município de São Sebastião e uma em Ubatuba. Entre os dias 18 e 19 de fevereiro, segundo a MetSul<sup>5</sup>, foram registrados entre 600 mm e 700 mm de chuva em menos de 24 horas, com acumulados de até 400 mm em menos de seis horas. O desastre também deixou

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Perspectivas Contemporâneas de Pesquisa a partir do Jornalismo Ambiental, evento integrante da programação do 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 13 a 15 de junho de 2024

<sup>2</sup> Estudante de Jornalismo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bolsista de Iniciação Científica no Centro Nacional de Monitoramento de Alertas e Desastres Naturais - CEMADEN. E-mail: leticiampasuch@gmail.com

<sup>3</sup> Pesquisadora e professora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: eloisa.beling@gmail.com.

<sup>4</sup> Pesquisadora do Centro Nacional de Monitoramento de Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN). E-mail: lucianarlonde@gmail.com.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://metsul.com/imagens-de-satelite-mostram-a-dimensao-do-desastre-em-sao-paulo/>. Acesso em: 18 abr 2024.

milhares de desalojados e desabrigados nas regiões afetadas, de acordo com boletins divulgados pelo governo estadual.

Sabe-se que, em eventos desta magnitude, as matérias podem ser variadas, apresentando dramatização, responsabilização (dos políticos, dos afetados, entre outros), com diferentes enfoques e ênfases. Esta pesquisa teve como objetivo analisar as notícias e reportagens veiculadas nos dois dias que antecederam o desastre de São Sebastião e no primeiro mês decorrente, verificando os enfoques dados às notícias publicadas, a fim de identificar como os jornalistas entenderam e divulgaram o desastre durante esse eixo temporal.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Diante de um desastre, cabe ao discurso jornalístico dar sentidos ao acontecimento, visto que a cobertura jornalística é “uma das construtoras públicas do acontecer catastrófico, presidida, sobretudo, pela busca das causas da tragédia e de seus responsáveis” (AMARAL, 2015, p.44). Jornalistas que buscam uma cobertura qualificada para pautas ambientais defendem alguns pressupostos, como a ênfase na contextualização; a pluralidade de vozes, a assimilação do saber ambiental, a cobertura sistêmica e próxima à realidade do leitor, o comprometimento com a qualificação da informação e a responsabilidade com a mudança de pensamento (LOOSE; GIRARDI, 2017).

O princípio da precaução – pressuposto do jornalismo ambiental que busca alertar e evitar consequências negativas em uma tentativa de garantia contra riscos potenciais que ainda não podem ser identificados, quando não há conhecimento dos danos – foi recentemente incorporado a este debate. Apesar de sua relevância, ainda é pouco visto na cobertura de meio ambiente no Brasil, pois os jornalistas geralmente constroem seus relatos a partir de fatos concretos e reais (GIRARDI et al., 2020). A antecipação dos cenários contribui para manter a população informada dos possíveis riscos, principalmente aquela parcela que está situada em áreas suscetíveis, “para que seu tempo de ação seja ampliado” (GIRARDI et al., 2020, p. 289).

A precaução deveria, portanto, permear todo o processo jornalístico comprometido com o meio ambiente (LOOSE; GIRARDI, 2017). A gestão de riscos é eficaz quando as pessoas afetadas podem participar do processo decisório (DI GIULIO

et. al, 2008, *apud* LONDE, LOOSE e MARCHEZINI, 2023) e a cobertura jornalística pode desempenhar um papel de orientação nesse sentido.

Destaca-se ainda que, para o jornalismo, é necessário não apenas retratar o desastre e comunicar alertas de riscos, mas relacionar os acontecimentos com as injustiças ambientais. Klein (2021, p. 263) afirma que, “quando uma sociedade é sistematicamente deixada à míngua e sua essência é desconsiderada, tornando-a naturalmente disfuncional, essa sociedade não tem absolutamente nenhuma capacidade de resistir a uma verdadeira crise”. É pertinente refletir como as mudanças climáticas amplificam as desigualdades. Há uma distribuição desigual de impactos de desastres e essa situação está em consonância com o termo “racismo ambiental”, que pode ser qualquer

[...] política, prática ou diretiva conduzida por instituições governamentais, jurídicas, econômicas, políticas e militares que afete ou prejudique racialmente, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, as condições ambientais de moradia, trabalho ou lazer de pessoas, grupos ou comunidades.(BULLARD, 2005, *apud* JESUS, 2020).

Para Herculano e Pacheco (2006), o conceito diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. Como lembram Loose e Girardi (2017), as mudanças climáticas não podem ser reduzidas apenas a “efeitos, debates políticos sobre responsabilização das causas, discussão científica sobre certezas e incertezas ou mesmo sobre soluções tecnológicas para mitigá-las”, mas devem também estar relacionadas às facetas sociais e culturais do fenômeno. Considerando que o jornalismo tem também o papel social de “empoderar os cidadãos por meio de informações qualificadas” (Ibid., p. 517), é crucial que a que a cobertura dê atenção aos riscos, esclareça a situação da crise climática e chame a atenção do poder público para desencadear um debate público a respeito.

## **METODOLOGIA**

Para este estudo, realizou-se a coleta de dados por meio da pesquisa a partir de palavras-chave na ferramenta de busca do Google, na seção de notícias. Escolheram-se palavras que pudessem filtrar matérias relacionadas ao desastre de São Sebastião, ocorrido em fevereiro de 2023.

A análise de dados da pesquisa foi organizada a partir da Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin (1977). Foram encontradas 195 matérias, do dia 15 de

fevereiro ao dia 17 de março de 2023 – dois dias antes do desastre e 1 mês após o desastre, respectivamente. Deste conjunto, 18 mencionaram o desastre em análise de forma superficial e foram excluídas do corpus da análise. Restaram 177 reportagens e notícias com aprofundamento no desastre de São Sebastião.

Na etapa de exploração do material, foram definidas categorias e subcategorias (Quadro 1), de acordo com as etapas do Ciclo Contínuo de Gestão de Risco e Gerenciamento de Desastres (LONDE et al, 2023).

Quadro 1: Categorias e subcategorias analisadas na cobertura em estudo

| <b>Categorias</b> | <b>Subcategorias</b>  |
|-------------------|---|
| PREVENÇÃO         | Alerta  |
| RESPOSTA          | Consequências; Orientações posteriores ao desastre; Ações governamentais e municipais para enfrentamento; Divulgação do desastre a partir de pessoa conhecida; Consequências com pessoas de notoriedade envolvidas; Evento extremo relacionado a mudanças climáticas; Auxílio emergencial; Ações voluntárias; Relatos de sobreviventes; Riscos decorrentes do desastre; Justiça climática; Discussões políticas envolvendo o desastre; Ações para evitar o agravamento do desastre; Denúncia de abusos; Desinformação; Discussões sobre soluções para evitar tragédias; Responsabilização; Memória; Obituário; Discussões sobre a previsão do desastre; Doenças decorrente do desastre; Impactos econômicos |
| RECUPERAÇÃO       | Projetos de reconstrução e recuperação  |
| MITIGAÇÃO         | Medidas para evitar novos desastres   |

## PRINCIPAIS RESULTADOS

A divulgação prévia dos alertas sobre o desastre foi escassa. Considerando que a busca de matérias foi feita tendo o dia 15 de fevereiro como data inicial - dois dias antes do desastre - apenas uma notícia sobre o risco de desastre foi encontrada<sup>6</sup>.

A categoria “resposta” teve maior incidência durante a cobertura, com 167 matérias, justificada pelo contexto da ocorrência do desastre, seguida de recuperação (5), mitigação (4) e prevenção, com apenas uma matéria encontrada que noticiava alertas pré-desastre. A subcategoria mais frequente entre as notícias e reportagens analisadas foi de “consequências” do desastre, seguida de “relatos de sobreviventes”.

<sup>6</sup> Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/02/16/defesa-civil-alerta-para-chuva-forte-em-sp-previsao-e-de-ate-250-mm.htm>. Acesso em: 29 jan 2024.

Considerando que a cobertura do primeiro mês é orientada pela factualidade, demonstrando mais investimento em notícias voltadas ao próprio acontecimento e suas consequências. Apenas quatro matérias destacaram discussões sobre as causas do desastre. Dez matérias tiveram foco na discussão sobre responsabilização.

Com o passar dos dias, as notícias também passaram a apresentar outros desdobramentos, como o aumento de diagnósticos de doenças causadas por inundações. Apesar de haver algumas matérias voltadas às causas do desastre e de como evitar novos eventos, o primeiro mês de cobertura foi majoritariamente dedicado às consequências do desastre. Há muitos relatos de sobreviventes do desastre, com narração do ocorrido e lamento pelas perdas materiais e pessoais.

Há também muitas matérias com relatos sensíveis e algumas com rostos de crianças, que tendem a gerar mais comoção. A narrativa de um acontecimento desastroso trazida pelo relato das vítimas, com biografias e seus dramas pessoais, “[...] enfatiza uma lógica emocional, acentuada pela singularidade que o desastre carrega e as descrições de suas particularidades” (HUBERTY, 2020, p. 73).

Foram encontradas três reportagens e entrevistas exemplares sobre a relação dos eventos extremos com mudanças climáticas. Em relação à justiça climática, houve cinco matérias que evidenciaram, entre as causas do desastre, a precariedade na infraestrutura urbana das regiões atingidas e a ausência de políticas públicas voltadas a atender à população negra e periférica, que vive em áreas vulnerabilizadas – fatores que podem ser relacionados ao racismo ambiental, com grupos sociais que vivem em áreas de risco e são negligenciadas pelo poder público. A cobertura, porém, ainda é incipiente nas causas e na relação com a vulnerabilidade socioambiental imbricada. Huberty (2020) lembra que a narrativa jornalística de desastres necessita ir além do seu enfoque tradicional e dos efeitos do “aqui e agora”, transformando questões sobre prevenção, vulnerabilidades e redução de riscos em pautas constantes, mas sem espetáculo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O primeiro mês de cobertura do desastre de São Sebastião se aprofunda majoritariamente nas consequências e no relato de sobreviventes do acontecimento, e traz uma discussão incipiente sobre as causas do desastre, bem como as injustiças ambientais relacionadas com a vulnerabilidade socioambiental. Diante do aumento de

catástrofes climáticas, o jornalismo dedicado aos riscos se mostra cada vez mais necessário. Mais do que chamar atenção para os efeitos negativos, é necessário repensar a abordagem dos riscos para envolver a população ao enfrentamento (LOOSE; GIRARDI, 2017), e não só apenas quando já é tarde para evitar seus prejuízos.

## AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pela bolsa PIBIC (Processos 146450/2023-0 e 800108/2022-1).

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Márcia Franz. A representação dos testemunhos no discurso das catástrofes ambientais: de sujeitos sociais e sujeitos discursivos. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 15, n. 3, p. 182-190, set./dez. 2013.
- AMARAL, Márcia Franz. Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes. **Revista Líbero**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 43-54, jul./dez. 2015.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- GIRARDI, Ilza; LOOSE, Eloisa Beling; STEIGLEDER, Débora; BELMONTE, Roberto; MASSIERER, Carine. A contribuição do princípio da precaução para a epistemologia do Jornalismo Ambiental. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 14, p. 279-291, 2020.
- HERCULANO, Selene; PACHECO, Tânia. **Racismo ambiental, o que é isso?** Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2006.
- HUBERTY, Daniela Silva. **A narrativa jornalística imediata e tardia do desastre socioambiental na região serrana do Rio de Janeiro em 2011**. 2020. 205 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.
- JESUS, Victor de. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. **Saúde e Sociedade**, v.29, n.2, e180519, 2020.
- KLEIN, Naomi. Em chamas – **Uma (ardente) busca por um novo acordo ecológico**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.
- LONDE, Luciana R.; LOOSE, Eloisa Beling; MARCHEZINI, Victor; SAITO, Silvia Midori. Communication in the Brazilian civil defense system. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 95, 2023
- LOOSE, Eloisa Beling; GIRARDI, Ilza. O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos. p. 154-172. **INTERIN**, v. 22, n. 2, jul./dez. 2017.